

## **REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA DA UFSCAR - COREME**

A Presidente do Conselho de Extensão, no uso de suas atribuições legais e estatutárias

**Considerando** que a UFSCar possui Programa de Residência Médica devidamente credenciado junto ao MEC;

**Considerando** a necessidade de regulamentar o Programa de Residência Médica no âmbito da UFSCar, observadas as normas vigentes, em especial as Resoluções da Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM;

**Considerando** o disposto da Resolução COEX nº 01 de 16/06/2011, que trata do Regimento Geral das Comissões de Residência Médica (COREME) e Multiprofissional (COREMU) e outras da UFSCar;

**Considerando** a Portaria GR nº 713/10, de 28 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Programa de Preceptoria Voluntária, nas áreas de saúde, no âmbito da UFSCar;

**Considerando** as disposições sobre a organização e o funcionamento da Comissão de Residência Médica (COREME) das instituições que oferecem Programas de Residência Médica

**Resolve:**

**Artigo 1º** - Fica criada a Comissão de Residência Médica da UFSCar - **COREME - UFSCar**.

**Artigo 2º** - Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão de Residência Médica da UFSCar - COREME-UFSCar.

## **TÍTULO I**

### **DA CATEGORIA, FINALIDADE E COMPETÊNCIA DA COMISSÃO E RESIDÊNCIA MÉDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (COREME - UFSCar)**

**Artigo 1** - A Comissão de Residência Médica da UFSCar, doravante denominada COREME-UFSCar, é órgão de assessoria vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e ao Departamento de Medicina (DMed) e subordinada à PROEX, encarregada da Coordenação dos Programas de Residência Médica, com a finalidade de planejar e zelar pela perfeita execução dos seus Programas de Residência Médica e atividades correlatas, no âmbito da UFSCar, de acordo com as normas nacionais em vigor.

**Artigo 2** - São da competência específica da COREME-UFSCar as seguintes ações:

- I – propor, perante o Conselho de Extensão, sobre a criação, alteração ou extinção de Programas de Residência Médica, de acordo com as diretrizes fixadas pelos órgãos competentes e observando a resolução CEPE nº 585 de 30/05/2008 Art. 2º;
- II – analisar e definir o número de vagas a ser oferecido no edital do processo seletivo pelos Programas de Residência Médica;
- III - definir, providenciar a execução e acompanhar o processo seletivo dos Programas de Residência Médica da Instituição;
- IV – avaliar os Programas de Residência Médica em curso, fornecendo informações aos colegiados e órgãos competentes sempre que solicitado;
- V - estabelecer e divulgar, a cada período letivo, o calendário da matrícula e outras atividades acadêmicas;
- VI - elaborar e enviar à CoEx as normas específicas e a estrutura do respectivo Programa;
- VII – submeter à aprovação da CoEx o Termo de Concessão de Bolsa a ser firmado oportunamente pelo aluno;
- VIII – submeter à aprovação da CoEx as normas disciplinadoras dos direitos e deveres dos alunos dos respectivos Programas;
- IX - Resolver as questões relacionadas à organização e supervisão dos Programas de Residência Médica;
- X – Propor políticas educacionais para a Residência Médica em consonância com as exigências regionais e nacionais, inclusive opinando sobre os conteúdos curriculares sempre que solicitado.
- XI – adotar as medidas necessárias à apuração de infrações cometidas pelo corpo discente em relação à legislação a ele aplicável;
- XII - Definir o calendário anual das reuniões ordinárias a ser enviada a CNRM e demais órgãos competentes;
- XIII - Transcrever as reuniões em atas que deverão ser encaminhadas a CNRM, quando solicitadas;
- XIV - Manter um arquivo dos Residentes médicos para anotação de seu histórico, registrando os períodos de férias, participação em congresso, faltas disciplinares e outras ocorrências próprias de sua vida acadêmica;

XV – cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente aos programas de residência médica, em especial as resoluções emanadas da CNRM do MEC, o Estatuto e Regimento Geral da UFSCar, o Regulamento dos Programas de Residência em Saúde e de mais normas aplicáveis.

XVI - Propor a alteração, complementação ou retificação dos termos do presente Regimento Interno, a qualquer tempo.

XVII - distribuir e divulgar o Regimento Interno entre os Corpos Discente e Docente;

XVIII – manter entendimentos com a Comissão Estadual de Residência Médica visando ao atendimento da legislação vigente.

XIX - Exercer as demais atribuições delegadas pela Pró-Reitoria de Extensão e pela CoEx.

**Parágrafo Primeiro** – As propostas referidas nos incisos I e XVI deste artigo poderão ser apresentadas por qualquer dos membros da COREME, acompanhadas de justificativa, e deverão ser discutidas e aprovadas pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, em reunião convocada especificamente para esta finalidade.

**Parágrafo Segundo** – As propostas de alteração deste Regimento, quando aprovadas pela COREME, deverão ser submetidas à CoEx, dando-se ciência ao CCBS e DMed.

## **TÍTULO II - ESTRUTURA DA COREME-UFSCar**

### **CAPÍTULO I – DA COMPOSIÇÃO DA COREME-UFSCar**

**Artigo 3** - A COREME - UFSCar terá a seguinte composição:

- I - um coordenador da COREME e seu respectivo suplente (vice-coordenador);
- II - um supervisor – e respectivo suplente – indicado pela área, por Programa de Residência Médica, membro do corpo docente do DMed/UFSCar;
- III – um representante dos médicos residentes de cada um dos Programas de Residência Médica; e respectivos suplentes; indicados por seus pares;
- IV– um representante dos servidores técnico-administrativos lotados no Departamento de Medicina da UFSCar.

**Parágrafo Primeiro** – O representante de que trata o inciso I, e seu respectivo suplente, serão eleitos pelo colegiado da COREME;

**Parágrafo Segundo** – Os representantes de que trata o inciso II serão indicados, juntamente com seu suplente, pela respectiva área de especialidade a que pertence, no Departamento de Medicina I.

**Parágrafo Terceiro** - O representante de que trata o inciso III, e seu respectivo suplente, serão eleitos pelos seus pares.

**Parágrafo Quarto** - O representante de que trata o inciso IV, e seu respectivo suplente, serão eleitos pelos seus pares.

**Parágrafo Quinto** - Os representantes de que trata o inciso I e II exercerão mandato de dois anos, permitida a recondução.

**Parágrafo Sexto** - Os representantes de que trata o inciso III e IV exercerão mandato de um ano.

**Parágrafo Sétimo** – Os processos de eleição ou indicação dos membros da COREME deverão ser realizados com, no mínimo, 30 dias antes do término do mandato.

**Artigo 4** - Além dos membros indicados no artigo 4º, serão convidados a participar das reuniões:

- I - um representante dos preceptores de cada um dos Programas de Residência Médica;
- II - um representante da Diretoria Clínica do Hospital Escola Municipal de São Carlos;
- III - um representante da Diretoria Clínica da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos;
- IV - um representante da Diretoria Clínica de cada um dos hospitais conveniados da UFSCar;
- V - um representante da Diretoria da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos.

**Parágrafo Primeiro** – Os representantes de que trata o inciso I serão indicados, juntamente com seu suplente, por seus pares.

**Parágrafo Segundo** – Os membros convidados terão direito à voz, e não terão direito a voto.

## **CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DA COREME-UFSCAR**

**Artigo 5** – O Coordenador da COREME - UFSCar e seu suplente será eleito pelo colegiado da COREME;

**Artigo 6** – A duração do mandato do Coordenador da COREME e seu suplente será de 2 (dois) anos, podendo haver apenas uma recondução consecutiva.

**Parágrafo Único** – Caso o Coordenador e/ou seu suplente deixem de exercer a função de Supervisor de Programa de Residência Médica, durante o exercício do seu mandato, permanecerão na Coordenação da COREME até o término do mandato, desde que se mantenham como membros do corpo docente do DMed.

**Artigo 7** – São atribuições do Coordenador da COREME - UFSCar:

- I – Dirigir a COREME, respondendo diretamente ao DMed, ao CCBS e à PROEX;
- II - Convocar e presidir as reuniões;
- III - Elaborar a pauta das reuniões;
- IV - Encaminhar aos órgãos competentes as solicitações de informações requeridas pela COREME;
- V - Encaminhar ao DMed, ao CCBS e/ou à PROEX as deliberações tomadas pela COREME, conforme o caso;
- VI - Representar a COREME nas reuniões colegiadas;
- VIII - Coordenar o processo seletivo dos Programas de Residência Médica da UFSCar.

**Parágrafo Primeiro** - Em caso de ausência, impedimento temporário ou definitivo do Coordenador, seu suplente assumirá suas atribuições.

**Parágrafo Segundo** – O Coordenador da COREME poderá delegar atribuições a seu suplente, mediante expressa aprovação do colegiado.

### **CAPÍTULO III - DA SECRETARIA**

**Artigo 8** – Os serviços de Secretaria da **COREME** serão realizados por um servidor designado para tal.

**Artigo 9** – Ao(À) Secretário(a) da **COREME** compete:

- I - dirigir o serviço de secretaria;
- II - assistir às reuniões da **COREME**, gravando-as e lavrando as atas;
- III – submeter, ao Coordenador, os assuntos em pauta;
- IV - cumprir o que for determinado pelo Coordenador e pelo colegiado.

### **Título III – DOS ATOS FORMAIS DA COREME-UFSCar**

#### **CAPÍTULO I – DAS REUNIÕES**

**Artigo 10** – A **COREME** reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, de acordo com o calendário estabelecido no início de cada ano letivo e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

**Artigo 11** - A convocação para as reuniões da comissão, promovidas pelo Presidente, será feita através de circular, distribuídas, no mínimo, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, contendo a matéria constante da Ordem do Dia.

§ 1º - Juntamente com a Ordem do Dia, e a critério do Presidente da Comissão, poderão ser distribuídas cópias de pareceres, recursos, esclarecimentos, bem como peças dos autos que possam contribuir para um completo conhecimento e melhor ajuizamento da matéria em pauta.

§ 2º - Os casos de urgência, a critério do Presidente, serão distribuídos em Ordem do Dia suplementar.

**Artigo 12** - A convocação pela maioria dos membros da **COREME** será requerida ao Presidente que mandará expedir as circulares, de acordo com o artigo anterior.

**Parágrafo único** – no caso de recusa do Presidente, a convocação poderá ser subscrita pelos membros da Comissão que a promoveram.

**Artigo 13** - É obrigatório o comparecimento às reuniões da **COREME**.

§ 1º - Os membros que, por motivo absolutamente justo, estiverem impossibilitados de comparecer à reunião deverão providenciar para que os respectivos suplentes sejam convocados.

§ 2º - Não comparecendo o suplente convocado, a ausência será atribuída ao titular, que deverá providenciar a justificativa de sua falta, por escrito, junto ao Presidente da Comissão, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da reunião ordinária imediatamente posterior à ausência.

§ 3º - Exceto os representantes dos Médicos Residentes, a justificativa dos demais membros deverá ser encaminhada a COREME contendo o visto do Coordenador da Área ou Chefe do Departamento.

§ 4º - Cabe ao Presidente da COREME aceitar a justificativa de falta.

§ 5º - Não havendo pedido de justificativa, ou não tendo ele sido aceito, a falta à reunião será considerada, para todos os fins, como injustificada.

§ 6º - Ocorrendo ausências injustificadas do titular e do suplente a duas reuniões consecutivas ou a três anuais, o Presidente da COREME solicitará à Área, via Conselho Departamental, a substituição dos membros.

§ 7º - Até que ocorra a substituição tratada no parágrafo anterior, a respectiva área ficará sem representante, sendo o “quorum” diminuído proporcionalmente.

**Artigo 14** - As reuniões da COREME não serão abertas a pessoas estranhas a sua composição.

§ 1º Poderá participar da reunião, em caráter excepcional pessoa estranha à sua composição desde que convidada pela mesma para fins específicos, não tendo direito a voto.

§ 2º O convite ou convocação deverá ser aprovado em reunião anterior.

**Artigo 15** - Para a realização de reuniões será necessário o comparecimento de, no mínimo, metade mais um de seus membros.

§ 1º - Constatada a inexistência de “quorum”, a reunião será adiada por 15 (quinze) minutos a fim de que os membros ausentes sejam reconvocados via telefone.

§ 2º - Transcorrido o tempo previsto no parágrafo anterior e persistindo a falta de “quorum”, a reunião será realizada com qualquer número de membros.

**Artigo 16** – Verificada a presença do número legal de membros, o Presidente abrirá a reunião, que deverá ser iniciada pela discussão da Ata da reunião anterior, feita pelo Secretário.

§ 1º - A minuta da ata da reunião anterior será distribuída juntamente com a Ordem do Dia.

§ 2º - Não havendo manifestação sobre a ata, será ela considerada aprovada.

§ 3º - Sobre a ata, nenhum membro da comissão falará mais de 5 minutos.

**Artigo 17** – Aprovada a ata, a Comissão iniciará seus trabalhos apreciando a matéria do expediente e, em seguida, a Ordem do Dia.

§ 1º - O expediente terá a duração máxima de meia hora e servirá para as comunicações, explicações, requerimentos, moções e indicações.

§ 2º - O Presidente disporá dos dez minutos iniciais reservados para o expediente.

§ 3º - Poderá o Presidente, em casos especiais, conceder a dilatação dos prazos indicados nos parágrafos anteriores.

**Artigo 18** – As matérias constantes da Ordem do Dia serão discutidas de acordo com a respectiva inscrição, podendo, entretanto, a Comissão, atendendo solicitações de um de seus membros, conceder preferência para qualquer delas.

**Artigo 19** – Nas discussões, cada membro da Comissão poderá falar pelo máximo de dez minutos, prorrogáveis por mais dez, a critério do Presidente, salvo o relator, se houver, que poderá dar tantas explicações rápidas quantas lhe forem solicitadas.

Parágrafo único – Durante as discussões poderá haver apartes, desde que expressamente admitidos pelo orador, sendo vedado, entretanto, os apartes paralelos e a dialogação.

**Artigo 20** – A Comissão somente deverá apreciar matéria que conste da Ordem do Dia.

**Artigo 21** – Os membros da Comissão poderão pedir vistas dos processos que constem da Ordem do Dia, cabendo ao Presidente decidir sobre essa concessão, tendo em vista a justificativa apresentada.

§ 1º - Os processos retirados da Ordem do Dia, em razão de pedido de vistas, deverão ser devolvidos à Comissão no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§ 2º - No caso de a matéria revestir-se de urgência, poderá o Presidente ou a Comissão fixar menor prazo para a sua devolução.

**Artigo 22** – É vedada à COREME tomar conhecimento de indicações, propostas, moções ou requerimentos de ordem pessoal que não se relacionem diretamente com problemas de ensino, pesquisa ou extensão de serviços à comunidade.

**Artigo 23** – O Presidente poderá retirar um processo da pauta antes de ser concluída a discussão.

I – para reestudo;

II – para instrução complementar;

III – em virtude de fato superveniente.

Parágrafo único – O processo retirado da pauta terá andamento urgente, até o seu retorno à Ordem do Dia.

**Artigo 24** – Da reunião deverá ser lavrada ata pelo Secretário, onde constará:

I – a natureza da reunião, o dia, a hora, o local de sua realização e o nome de quem a presidiu;

II – os nomes dos presentes e dos ausentes;

III – Consignação de justificativa por membro que tenha se ausentado na reunião anterior, quer ordinária ou extraordinária;

IV – a discussão porventura havida a propósito da ata da reunião anterior, a sua aprovação ou, eventualmente, as retificações apresentadas;

V- o expediente;

VI – a manifestação dos membros, a síntese dos debates e o parecer final da Comissão sobre cada caso.

**Artigo 25** – Qualquer modificação de manifestação de membro será adotada por maioria absoluta dos seus membros.

**Artigo 26** – O Coordenador, após aprovação da COREME, poderá convidar, temporariamente, assessores para auxiliar em assuntos específicos.

## **CAPITULO II - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 27**– O Pró Reitor de Extensão designará o Coordenador da COREME e o seu suplente, para exercerem o primeiro mandato, com duração de 2 (dois) anos a partir da data de designação.

**Artigo 28** – As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação deste Regimento Interno serão analisados pela PROEX, ouvidos o Coordenador da COREME, a Chefia do DMed e a Diretoria do CCBS.

**Artigo 29** - As disposições deste Regimento Interno passam a vigorar a partir da data de sua publicação e não alcançam os atos da COREME anteriormente constituída.